



23 de setembro de 2021
CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL (BASE 2016)
2º Trimestre de 2021

RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO REGRESSA A VARIAÇÕES POSITIVAS

A economia portuguesa apresentou um saldo externo de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano acabado no 2º trimestre de 2021¹. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram 3,7% e 4,0%, respetivamente, no ano acabado no 2º trimestre (depois de reduções de 1,1% e 1,0% no trimestre anterior), tendo o PIB nominal aumentado 3,6% (variação de -1,1% no ano acabado no 1º trimestre de 2021).

No 2º trimestre de 2021, a capacidade de financiamento das Famílias² diminuiu 2,3 pontos percentuais (p.p.), para 5,2% do PIB e a taxa de poupança fixou-se em 11,5% (14,2% no trimestre anterior), refletindo sobretudo o crescimento de 4,4% do consumo privado (-1,8% no trimestre anterior).

O saldo das Sociedades Não Financeiras fixou-se em -0,9% do PIB, mais 1,7 p.p. que no trimestre anterior, traduzindo o aumento de 5,6% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu 0,6 p.p. para 1,6% do PIB.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu 1,2 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2021, para 5,8% do PIB. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 2º trimestre de 2021 atingiu -2 802,8 milhões de euros, correspondentes a -5,3% do PIB, o que compara com -10,6% no período homólogo.

A incorporação dos resultados finais de 2019 e, sobretudo, dos resultados provisórios de 2020 das Contas Nacionais Anuais, na estimação das Contas Nacionais Trimestrais determinaram revisões significativas (ver destaque também hoje publicado com estas contas anuais), salientando-se a revisão em alta (+0,7 p.p.) da variação homóloga em volume do PIB no 2º trimestre de 2021, para +16,2%, e uma revisão em baixa (-0,4 p.p.) da variação em cadeia, para 4,5%.

Saldo externo da economia fixou-se em 0,1% do PIB

Os resultados apresentados correspondem às estimativas preliminares para o 2º trimestre de 2021, período em que se verificou uma redução progressiva das medidas restritivas à mobilidade em consequência da evolução da pandemia COVID-19, após o confinamento geral verificado no trimestre anterior. É importante referir que estas contas trimestrais são inteiramente consistentes com os resultados anuais finais de 2019 e provisórios de 2020, também hoje publicados.

¹ Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (para informação adicional, ver Nota Metodológica no final do destaque).

² As Famílias incluem as Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF).



No 2º trimestre de 2021, a economia portuguesa atingiu um saldo ligeiramente positivo (0,1% do PIB), o que representou um ligeiro incremento de 0,1 p.p. do PIB relativamente ao trimestre anterior. O PIB nominal, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram 3,6%, 3,7% e 4,0%, respetivamente (figura 1).

O saldo dos rendimentos de propriedade com o Resto do Mundo atingiu -2,4% do PIB (-2,5% no trimestre anterior), com os rendimentos pagos e recebidos a aumentarem 0,4% e 2,3%, respetivamente.

O aumento do RDB, conjugado com um aumento de 3,6% da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinou um aumento de 6,0% da poupança bruta da economia (-0,5% no trimestre anterior). A poupança bruta da economia representou 18,1% do PIB no 2º trimestre de 2021, mais 0,4 p.p. que no trimestre anterior.

A Formação Bruta de Capital (FBC) aumentou 4,8%, taxa inferior à registada pela poupança, verificando-se assim um aumento do saldo da economia portuguesa.

Figura 1. PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
3ºT 2017	193 087	1,2	188 348	1,3	192 706	1,4
4ºT 2017	195 947	1,5	191 348	1,6	195 931	1,7
1ºT 2018	197 911	1,0	193 816	1,3	198 245	1,2
2ºT 2018	199 934	1,0	195 363	0,8	199 927	0,8
3ºT 2018	202 337	1,2	197 650	1,2	202 275	1,2
4ºT 2018	205 184	1,4	200 173	1,3	204 752	1,2
1ºT 2019	207 651	1,2	201 909	0,9	206 430	0,8
2ºT 2019	210 016	1,1	204 985	1,5	209 614	1,5
3ºT 2019	212 118	1,0	206 870	0,9	211 524	0,9
4ºT 2019	214 375	1,1	208 806	0,9	213 689	1,0
1ºT 2020	213 981	-0,2	208 638	-0,1	213 867	0,1
2ºT 2020	205 857	-3,8	201 561	-3,4	206 614	-3,4
3ºT 2020	202 890	-1,4	199 269	-1,1	204 339	-1,1
4ºT 2020	200 088	-1,4	196 928	-1,2	201 906	-1,2
1ºT 2021	197 881	-1,1	194 687	-1,1	199 872	-1,0
2ºT 2021	204 958	3,6	201 898	3,7	207 918	4,0



Figura 2. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

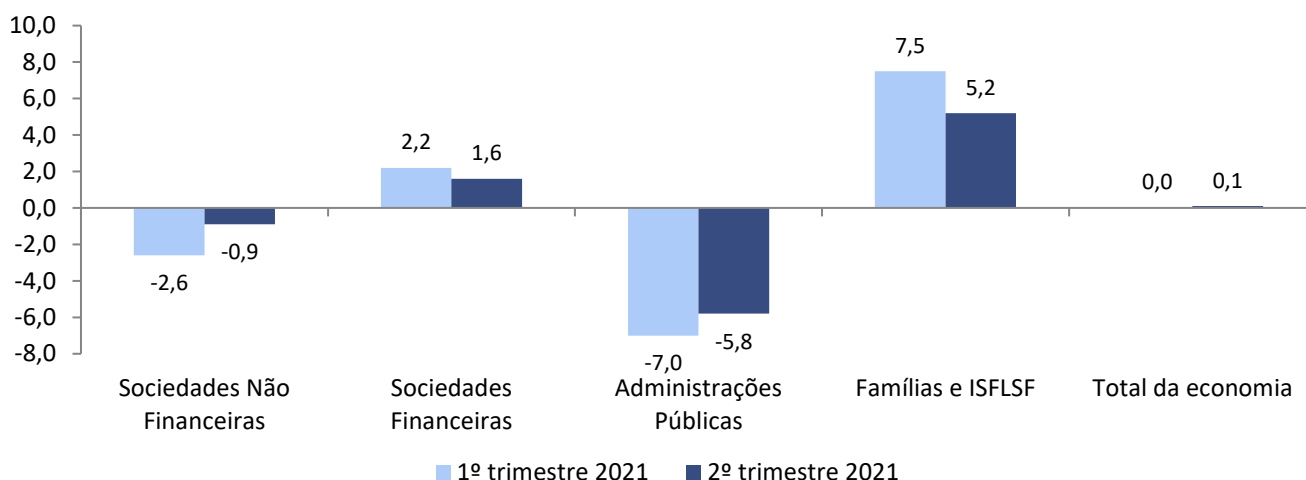
Ano acabado no trimestre	Sociedades Não Financeiras	Sociedades Financeiras	Administrações Públicas	Famílias e ISFLSF	Total da economia
3ºT 2017	-1,2	4,3	-2,5	1,2	1,8
4ºT 2017	-1,2	4,1	-3,0	1,9	1,8
1ºT 2018	-1,5	2,0	-0,7	2,1	1,8
2ºT 2018	-1,6	2,3	-0,9	2,0	1,7
3ºT 2018	-2,5	2,3	0,0	1,9	1,7
4ºT 2018	-2,4	2,2	-0,3	1,8	1,2
1ºT 2019	-2,9	2,2	-0,1	1,5	0,7
2ºT 2019	-3,4	2,5	0,1	1,8	0,9
3ºT 2019	-3,3	2,4	-0,2	1,8	0,7
4ºT 2019	-3,3	2,4	0,1	1,8	1,0
1ºT 2020	-3,3	2,3	-0,1	2,3	1,2
2ºT 2020	-4,1	2,2	-1,9	4,9	1,1
3ºT 2020	-3,0	2,1	-4,2	5,2	0,1
4ºT 2020	-2,8	2,2	-5,8	6,3	-0,1
1ºT 2021	-2,6	2,2	-7,0	7,5	0,0
2ºT 2021	-0,9	1,6	-5,8	5,2	0,1

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras (SNF) atingiu 0,9% do PIB no 2º trimestre de 2021, menos 1,7 p.p. do que no trimestre anterior. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu de 2,2% do PIB para 1,6% do PIB.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu 1,2 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2021, para 5,8% do PIB. Esta redução do défice foi determinada por um aumento superior da receita (3,2%) ao da despesa (0,7%).

A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu 2,3 p.p., para 5,2% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2021, refletindo a diminuição da poupança bruta.

Figura 3. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 5,2% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 5,2% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2021, menos 2,3 p.p. que no trimestre anterior, refletindo sobretudo a diminuição da poupança bruta em 18,1%.

Com efeito, a taxa de poupança das Famílias atingiu 11,5% do rendimento disponível, o que correspondeu a uma redução de 2,7 p.p. relativamente ao trimestre anterior. Este resultado foi consequência do aumento de 4,4% da despesa de consumo (variação de -1,8% no trimestre anterior), que mais que compensou o aumento de 1,3% do rendimento disponível.

A figura 5 apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível (RD) das Famílias. As remunerações e as outras transferências correntes contribuíram em 1,5 e 0,1 p.p. para essa taxa de variação, respetivamente; o saldo positivo dos rendimentos de propriedade registou uma redução, o que se traduziu num contributo de -0,2 p.p. para a variação do RD. Refira-se que, em Contas Nacionais, as moratórias relativas ao pagamento de juros de empréstimos concedidas pelo setor das sociedades financeiras não têm impacto no saldo de rendimentos de propriedade, uma vez que o SEC 2010 determina o registo destes fluxos no momento devido, mesmo que não tenham sido efetivamente pagos.

O investimento, que corresponde essencialmente a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em construção pelas Famílias, registou uma taxa de variação de 2,1% no 2º trimestre de 2021 (0,8% no trimestre anterior).



Figura 4. Taxa de poupança das Famílias (%; ano acabado no trimestre)

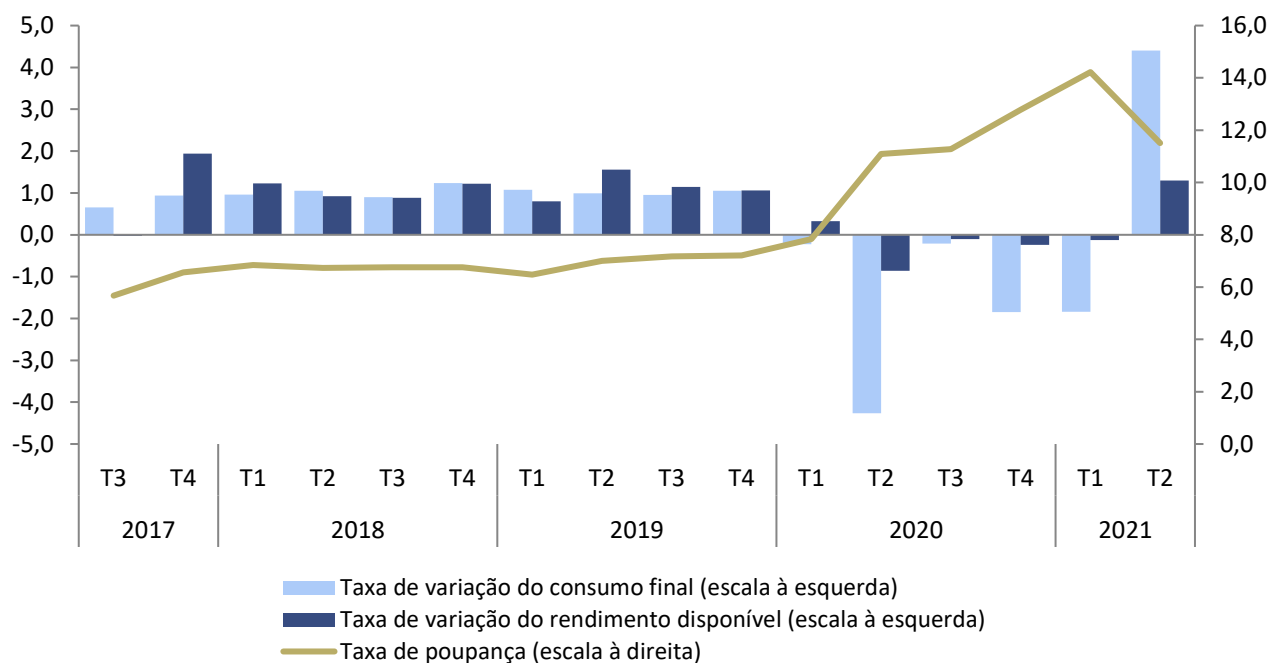
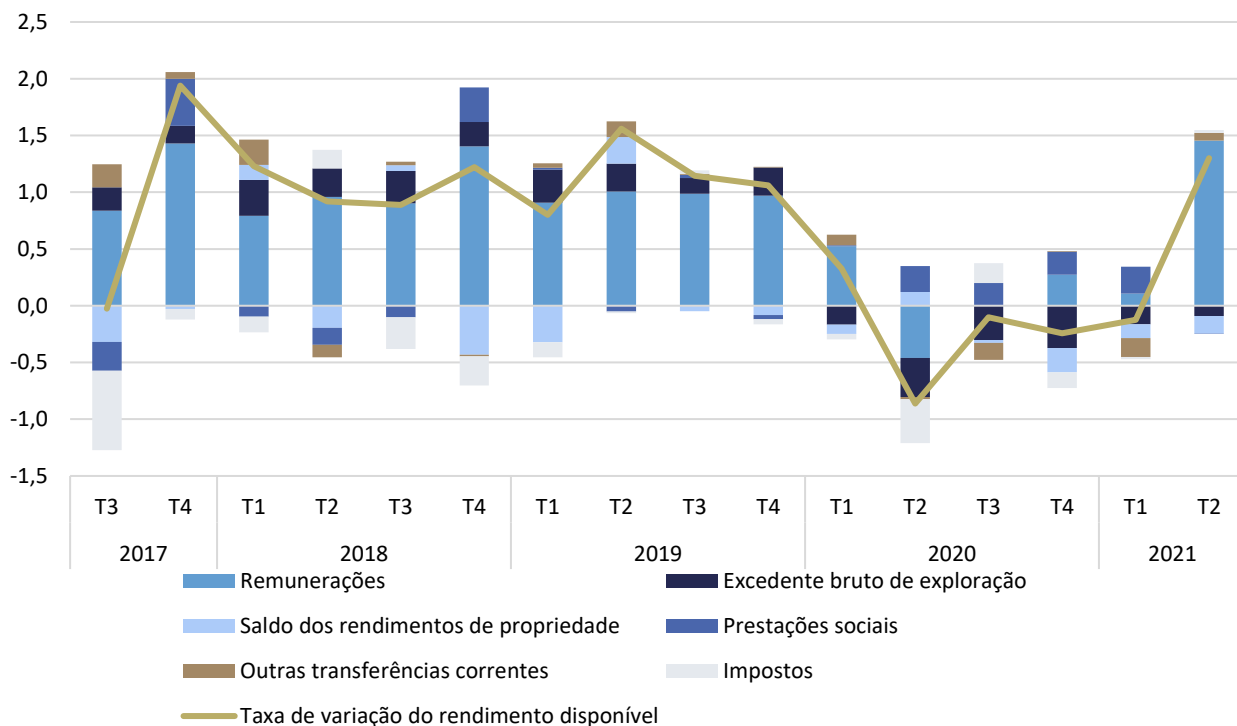


Figura 5. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias (p.p., ano acabado no trimestre)





O RDB das Famílias ajustado *per capita* fixou-se em 16,6 mil euros no ano terminado no 2º trimestre de 2021, o que representou um aumento de 1,4% face ao trimestre anterior, inferior em 2,2 p.p. à taxa de variação do PIB nominal *per capita*.

Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 0,9% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras diminuiu 1,7 p.p., fixando-se em 0,9% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2021.

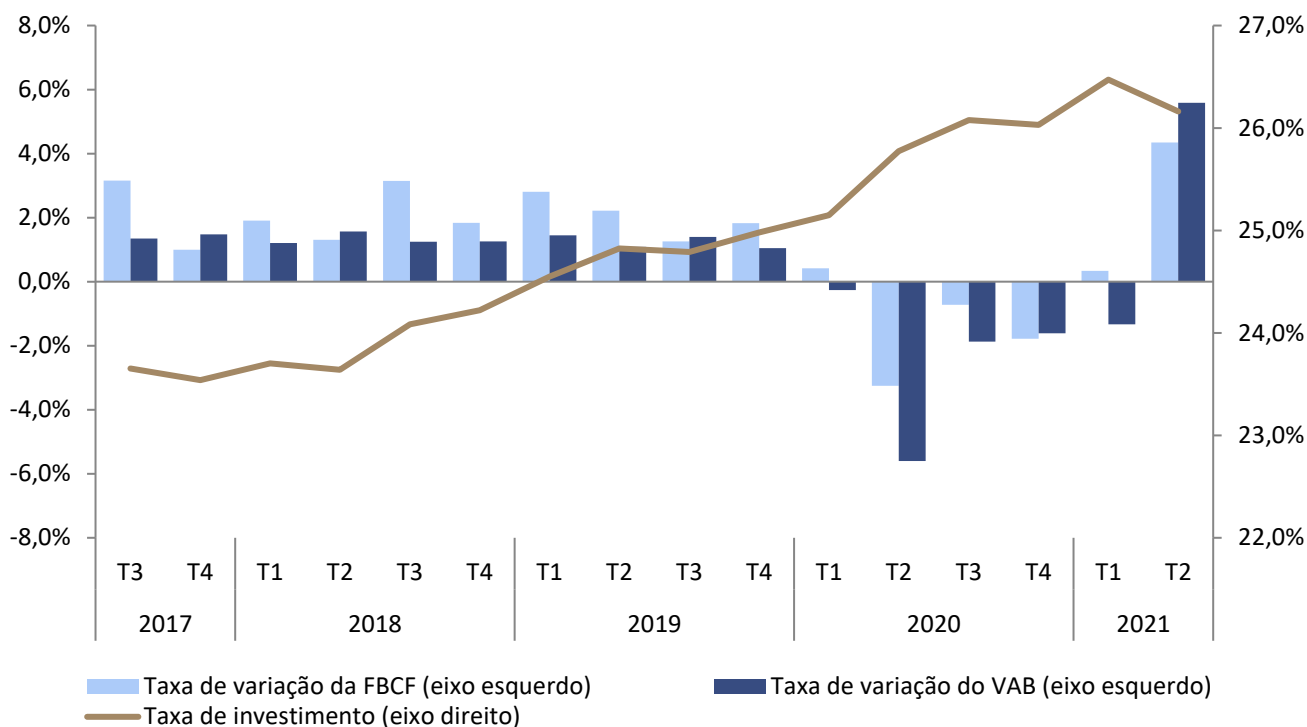
O VAB do setor registou um aumento de 5,6% no 2º trimestre de 2021, enquanto as remunerações pagas cresceram 2,6%, determinando um aumento de 10,7% do Excedente Bruto de Exploração. Os subsídios de exploração pagos pelas AP mantiveram-se a um nível elevado, refletindo o impacto de medidas de apoio às empresas no contexto da pandemia COVID-19 como o *layoff* simplificado, tendo registado uma variação de 1,3% no ano acabado no 2º trimestre de 2021.

A taxa de margem operacional do setor fixou-se em 22,7% (mais 3,0 p.p. que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

O aumento de 4,3% da FBCF, conjugado com o referido aumento do VAB, determinou uma taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) de 26,2%, menos 0,3 p.p. que no trimestre anterior. Em sentido oposto, as existências das empresas diminuíram, contribuindo para a redução da necessidade de financiamento deste setor no 2º trimestre de 2021.



Figura 6. FBCF/VAB das Sociedades Não Financeiras (%; ano acabado no trimestre)



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento fixou-se em 1,6% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu para 1,6% do PIB (2,2% no trimestre anterior), refletindo sobretudo a redução do saldo das transferências de capital em consequência do efeito de base do montante pago pelas AP para o Novo Banco, ocorrida no 2º trimestre de 2020.

A poupança do sector diminuiu 6,0% no 2º trimestre de 2021, devido principalmente à redução de 2,5% dos rendimentos de propriedade recebidos.

Administrações Públicas: défice diminuiu 1,2 p.p. para 5,8% do PIB

O saldo do setor das AP aumentou 1,2 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2021, representando uma necessidade de financiamento de 5,8% do PIB. Esta redução foi determinada por um aumento superior da receita (3,2%) ao da despesa (0,7%).

As figuras 7 e 8 apresentam a receita e despesa no ano acabado no trimestre, em valor e em taxa de variação, respetivamente.

Figura 7. Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (ano acabado no trimestre)

Unidade: 10⁶ EUR

	2020T2	2020T3	2020T4	2021T1	2021T2
Receita total	89 496,1	87 088,7	87 040,8	86 986,5	89 749,2
Receita corrente	88 758,4	86 372,8	86 356,3	86 229,8	88 815,7
Impostos sobre o rendimento e património	21 315,6	19 809,3	20 110,1	20 090,1	19 894,7
Impostos sobre a produção e importação	30 536,5	29 833,0	29 184,6	28 568,2	30 009,8
Contribuições sociais	25 423,0	25 495,6	25 605,7	25 760,7	26 304,5
Vendas	6 824,1	6 671,8	6 630,0	6 436,3	6 615,5
Outra receita corrente	4 659,4	4 563,1	4 825,8	5 374,6	5 991,1
Receita de capital	737,6	715,8	684,5	756,7	933,5
Despesa total	93 456,7	95 568,4	98 725,0	100 895,1	101 638,4
Despesa corrente	87 016,4	87 919,4	89 982,3	92 042,9	92 724,5
Prestações sociais	39 416,6	39 797,5	40 316,9	40 661,4	41 011,0
Despesas com pessoal	23 503,1	23 722,5	23 925,3	24 115,5	24 436,2
Juros	6 044,8	5 907,0	5 791,5	5 688,1	5 566,3
Consumo intermédio	11 193,7	11 084,9	11 315,4	11 423,0	11 636,9
Subsídios	2 149,9	2 893,5	3 663,9	5 005,8	4 866,5
Outra despesa corrente	4 708,2	4 514,0	4 969,2	5 149,1	5 207,5
Despesa de capital	6 440,3	7 649,1	8 742,7	8 852,1	8 913,9
Investimento ⁽¹⁾	3 952,8	4 104,2	4 580,0	4 820,0	5 070,7
Outra despesa de capital	2 487,5	3 544,9	4 162,7	4 032,2	3 843,3
Saldo corrente	1 742,1	-1 546,5	-3 626,0	-5 813,2	-3 908,8
Saldo total	-3 960,6	-8 479,8	-11 684,2	-13 908,6	-11 889,3
Por Memória:					
Despesa corrente primária	80 971,6	82 012,3	84 190,8	86 354,9	87 158,2
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	205 857,1	202 889,8	200 087,6	197 881,1	204 958,3
Saldo em % do PIB	-1,9	-4,2	-5,8	-7,0	-5,8

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Tanto a despesa corrente como a despesa de capital aumentaram 0,7%. À exceção dos encargos com juros e da despesa com subsídios, todas as componentes da despesa corrente aumentaram no período, tendo a variação mais elevada ocorrido no consumo intermédio (1,9%). O aumento da despesa de capital resultou do efeito combinado de aumento do investimento em 5,2% e de redução da outra despesa de capital em 4,7%.

Figura 8. Taxas de variação da Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (%; ano acabado no trimestre)

Unidade: %

	2020T2	2020T3	2020T4	2021T1	2021T2
Receita total	-2,1	-2,7	-0,1	-0,1	3,2
Receita corrente	-2,0	-2,7	-0,0	-0,1	3,0
Impostos sobre o rendimento e património	2,0	-7,1	1,5	-0,1	-1,0
Impostos sobre a produção e importação	-4,5	-2,3	-2,2	-2,1	5,0
Contribuições sociais	-0,4	0,3	0,4	0,6	2,1
Vendas	-5,8	-2,2	-0,6	-2,9	2,8
Outra receita corrente	-5,4	-2,1	5,8	11,4	11,5
Receita de capital	-6,1	-3,0	-4,4	10,5	23,4
Despesa total	2,0	2,3	3,3	2,2	0,7
Despesa corrente	1,8	1,0	2,3	2,3	0,7
Prestações sociais	0,6	1,0	1,3	0,9	0,9
Despesas com pessoal	0,5	0,9	0,9	0,8	1,3
Juros	-1,9	-2,3	-2,0	-1,8	-2,1
Consumo intermédio	0,0	-1,0	2,1	1,0	1,9
Subsídios	127,4	34,6	26,6	36,6	-2,8
Outra despesa corrente	2,9	-4,1	10,1	3,6	1,1
Despesa de capital	3,7	18,8	14,3	1,3	0,7
Investimento ⁽¹⁾	5,8	3,8	11,6	5,2	5,2
Outra despesa de capital	0,5	42,5	17,4	-3,1	-4,7

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A receita total registou um aumento de 3,2% no ano acabado no 2º trimestre de 2021, devido aos aumentos da receita corrente e da receita de capital, de 3,0% e 23,4% respetivamente. O comportamento da receita corrente resultou dos aumentos de todas as suas componentes, exceto dos impostos sobre o rendimento e património (redução de 1,0%). Os impostos sobre a produção e importação aumentaram 5,0%, as vendas aumentaram 2,8% e as contribuições sociais 2,1%. A outra receita corrente apresentou um aumento de 11,5%, relacionado com a utilização de fundos da União Europeia para financiamento da despesa incorrida no combate à pandemia COVID-19, verificando-se a neutralidade no respetivo saldo. O aumento da receita de capital reflete principalmente o aumento de fundos da União Europeia e ainda a recuperação de créditos do BPP no montante de 63 milhões de euros.

Para possibilitar uma comparação entre valores trimestrais em alternativa ao ano acabado no trimestre, a figura 9 apresenta os valores da receita e da despesa do setor das AP e respetiva percentagem do PIB para os segundos trimestres de 2020 e 2021.

Figura 9. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas (valores trimestrais)

	2º trimestre de 2020		2º trimestre de 2021		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	19 291,8	42,3	22 054,5	48,4	14,3
Receita corrente	19 187,7	42,1	21 773,6	47,7	13,5
Impostos sobre o rendimento e património	3 626,7	8,0	3 431,3	7,5	-5,4
Impostos sobre a produção e importação	6 318,9	13,9	7 760,5	17,0	22,8
Contribuições sociais	6 301,5	13,8	6 845,3	15,0	8,6
Vendas	1 366,1	3,0	1 545,3	3,4	13,1
Outra receita corrente	1 574,6	3,5	2 191,1	4,8	39,2
Receita de capital	104,1	0,2	280,9	0,6	169,8
Despesa total	24 113,9	52,9	24 857,3	54,5	3,1
Despesa corrente	21 912,4	48,0	22 594,0	49,5	3,1
Prestações sociais	8 984,9	19,7	9 334,5	20,5	3,9
Despesas com pessoal	6 202,0	13,6	6 522,7	14,3	5,2
Juros	1 465,6	3,2	1 343,8	2,9	-8,3
Consumo intermédio	2 693,3	5,9	2 907,2	6,4	7,9
Subsídios	1 395,2	3,1	1 255,9	2,8	-10,0
Outra despesa corrente	1 171,4	2,6	1 229,8	2,7	5,0
Despesa de capital	2 201,5	4,8	2 263,3	5,0	2,8
Investimento ⁽¹⁾	885,6	1,9	1 136,3	2,5	28,3
Outra despesa de capital	1 315,9	2,9	1 127,0	2,5	-14,4
Saldo corrente	-2 724,7	-6,0	-820,3	-1,8	
Saldo total	-4 822,1	-10,6	-2 802,8	-5,3	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Assim, tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 2º trimestre de 2021 atingiu -2 802,8 milhões de euros, correspondentes a -5,3% do PIB, o que compara com -10,6% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 14,3% da receita total, enquanto a despesa total variou 3,1%.

No lado da despesa, registou-se um crescimento de 3,1% da despesa corrente, em resultado de acréscimos nas prestações sociais (3,9%), nas despesas com pessoal (5,2%), no consumo intermédio (7,9%) e na outra despesa corrente (5,0%). Os encargos com juros apresentaram uma diminuição de 8,3%, tendo os subsídios registado um decréscimo de 10,0%. A despesa de capital aumentou 2,8%, traduzindo o incremento de 28,3% no investimento e a diminuição de 14,4% na outra despesa de capital. O maior contributo para o aumento do investimento está relacionado com a implementação da medida “universalização da escola digital”, com o objetivo de adquirir e disponibilizar, de forma temporária e gratuita, equipamentos informáticos a estudantes carenciados.

O comportamento da receita corrente deveu-se a aumentos nos impostos sobre a produção e importação, nas contribuições sociais, nas vendas e na outra receita corrente, de 22,8%, 8,6%, 13,1% e 39,2%, respetivamente, e à diminuição, de 5,4%, nos impostos sobre o rendimento e património. A receita de capital registou um aumento de 169,8%, pelos motivos já referidos na análise relativa ao ano acabado no trimestre.

Figura 10. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas (valores semestrais)

	1º semestre de 2020		1º semestre de 2021		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	39 219,2	40,7	41 927,6	43,5	6,9
Receita corrente	38 989,3	40,5	41 448,7	43,0	6,3
Impostos sobre o rendimento e património	7 598,3	7,9	7 382,9	7,7	-2,8
Impostos sobre a produção e importação	13 701,9	14,2	14 527,1	15,1	6,0
Contribuições sociais	12 112,7	12,6	12 811,5	13,3	5,8
Vendas	3 046,8	3,2	3 032,3	3,1	-0,5
Outra receita corrente	2 529,6	2,6	3 694,9	3,8	46,1
Receita de capital	229,9	0,2	478,9	0,5	108,3
Despesa total	44 585,9	46,3	47 499,3	49,3	6,5
Despesa corrente	41 389,4	43,0	44 131,6	45,8	6,6
Prestações sociais	17 884,2	18,6	18 578,3	19,3	3,9
Despesas com pessoal	11 478,1	11,9	11 989,0	12,5	4,5
Juros	2 888,7	3,0	2 663,5	2,8	-7,8
Consumo intermédio	5 157,1	5,4	5 478,6	5,7	6,2
Subsídios	1 592,5	1,7	2 795,2	2,9	75,5
Outra despesa corrente	2 388,8	2,5	2 627,1	2,7	10,0
Despesa de capital	3 196,4	3,3	3 367,7	3,5	5,4
Investimento ⁽¹⁾	1 586,4	1,6	2 077,1	2,2	30,9
Outra despesa de capital	1 610,0	1,7	1 290,6	1,3	-19,8
Saldo corrente	-2 400,1	-2,5	-2 682,9	-2,8	
Saldo total	-5 366,6	-5,6	-5 571,7	-5,5	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Considerando valores para o conjunto do primeiro semestre (ver figura 10), o saldo das AP passou de -5,6% do PIB no primeiro semestre de 2020 para -5,5% em igual período de 2021, observando-se um crescimento da receita total (6,9%) superior ao da despesa (6,5%). Na receita destacam-se os aumentos dos impostos sobre a produção e importação (6,0%), das contribuições sociais (5,8%) e da outra receita corrente (46,1%). Do lado da despesa salientam-se os aumentos dos subsídios (75,5%), do investimento (30,9%) e da outra despesa corrente (10,0%).

A figura 11 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional entre o primeiro semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021.

As diferenças entre estas duas óticas estão associadas a diferentes delimitações setoriais do setor das AP, ao registo da receita e da despesa numa ótica de compromisso e não de caixa, ao registo de algumas operações financeiras como transferências de capital e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional, incluem um ajustamento temporal que visa aproximar o período de registo da receita ao período em que se gerou a obrigação de pagamento.



Figura 11. Passagem de saldos de Contabilidade Pública
para Contabilidade Nacional

Unidade: 10 ⁶ EUR		
	2020S1	2021S1
Saldo em contabilidade pública:	-6 885,3	-7 396,0
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	-216,6	408,8
Diferença entre juros pagos e devidos	1 147,5	949,5
Outros valores a receber:	-658,6	213,9
Ajust. temporal de impostos e contribuições	-395,6	362,5
Outros	-263,0	-148,7
Outros valores a pagar:	-65,3	-201,6
Encargos assumidos e não pagos	-131,1	-183,5
Outros	65,8	-18,1
Outros ajustamentos:	1 311,8	453,7
dos quais:		
Injeções de capital e assunção de dívidas	-928,3	-1 497,1
Saldo em contabilidade nacional:	-5 366,6	-5 571,7
PIB ⁽¹⁾	96 290,4	101 161,2
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-5,6	-5,5

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Tomando em consideração o conjunto do primeiro semestre de cada ano, verificou-se um agravamento ligeiro tanto no saldo em contabilidade nacional como em contabilidade pública. Em contabilidade nacional, o saldo das AP passou de -5,6% do PIB no primeiro semestre de 2020 para -5,5% no mesmo período de 2021. O valor das injeções de capital e assunção de dívidas foi, na sua maioria, destinado a entidades do setor das AP, sendo de destacar, com impacto no saldo, o registo como transferência de capital do aumento de capital realizado na TAP, S.A., no montante de 462 milhões de euros.

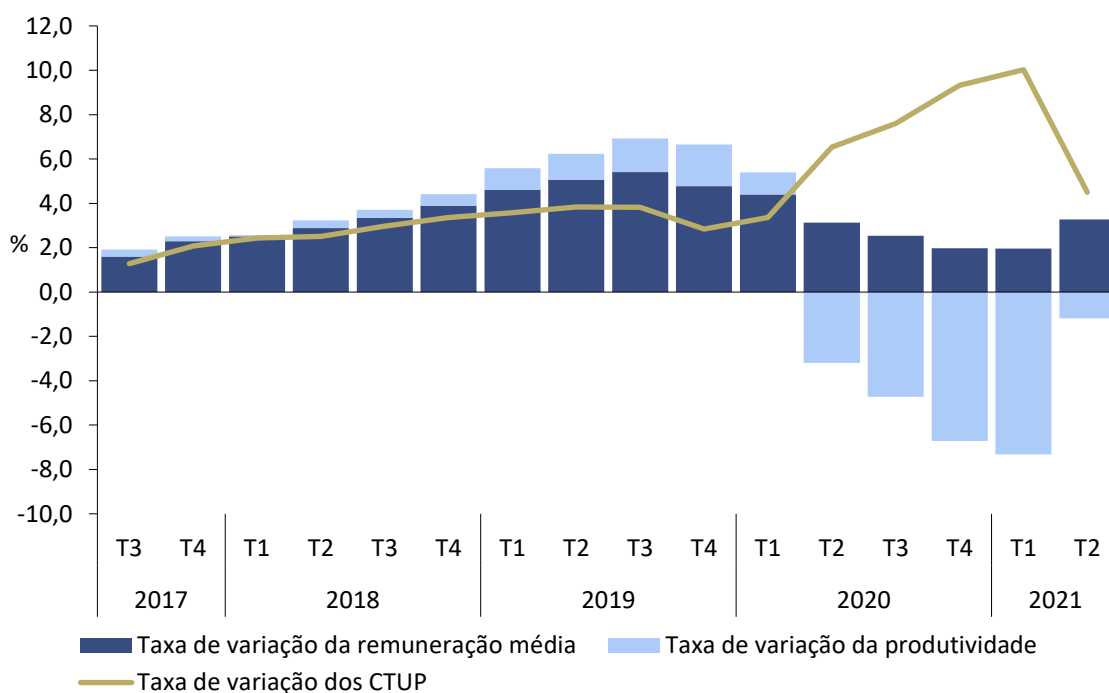
Adicionalmente, tal como referido nas anteriores publicações, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais tomadas no contexto da pandemia COVID-19, foi feito um ajustamento na receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento. Para o primeiro semestre de 2021 este ajustamento traduziu-se num aumento da receita fiscal em cerca de 986 milhões de euros face aos dados da contabilidade pública, referentes às medidas de prorrogação de pagamento de Contribuições Sociais, do IVA, do IRS e do IRC, refletindo o efeito das prorrogações implementadas em 2021 e no final de 2020. Este valor elevado inclui, à semelhança do ocorrido no ano anterior, o impacto da medida de prorrogação da entrega do modelo 22 do IRC, habitualmente efetuada em junho, mas cuja receita foi arrecadada em julho, no montante de 1 100 milhões de euros.



Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 4,5%

No ano acabado no 2º trimestre de 2021, os CTUP aumentaram 4,5% em termos homólogos, que compara com uma taxa de variação de 10,0% no trimestre anterior. A desaceleração dos CTUP no 2º trimestre deveu-se ao efeito conjugado do aumento da remuneração média e da redução mais atenuada da produtividade, aferida pelo rácio entre o PIB e o número de trabalhadores. Importa referir que esta evolução não traduz a exata medida do comportamento destes custos na perspetiva das empresas, pois parte dos salários pagos foram financiados pelo setor das AP, no âmbito das políticas públicas destinadas a apoiar o emprego e ao rendimento no contexto pandémico (nomeadamente o *layoff* simplificado).

Figura 12. Taxa de variação dos CTUP (%; ano acabado no trimestre)



Caixa – Revisões das Contas Nacionais Trimestrais

Com a divulgação dos resultados finais de 2019 e provisórios de 2020 das Contas Nacionais Portuguesas, as séries das contas trimestrais foram revistas, garantindo-se assim a total consistência com os novos resultados anuais de 2019 e 2020.

Os resultados agora divulgados para 2019 traduzem uma revisão em alta do PIB de 0,2 p.p. em termos nominais e em volume, enquanto a taxa de variação do deflator manteve-se inalterada. Em termos trimestrais, a revisão do PIB foi homogénea ao longo dos trimestres.

Para 2020, em contexto de agravamento abrupto da atividade económica, o valor do PIB para 2020 foi revisto em baixa em 1,3 p.p. (-0,8 p.p. em volume e -0,5 p.p. no deflator). Estas revisões decorreram fundamentalmente da apropriação pelo Sistema de Contas Nacionais Portuguesas dos resultados provisórios da Informação Empresarial Simplificada referente a 2020 que reúne um conjunto vasto de informação económica e financeira de cerca de 400 mil sociedades. Esta informação veio em particular revelar uma contração ainda mais acentuada que o antecipado das atividades referentes ao Alojamento e Restauração e aos Transportes e Armazenagem (ver destaque com as contas anuais também hoje publicado).

Tendo em conta a magnitude das revisões do PIB em 2020, em termos trimestrais verificou-se uma revisão em baixa em todos os trimestres de 2020, mas principalmente no 2º trimestre (revisão de -1,5 p.p. da variação homóloga e de -1,2 p.p. da variação em cadeia), período em que ocorreram restrições sobre a atividade económica em consequência da pandemia, que conduziram a uma contração sem precedente da atividade económica. Na ótica da despesa, observa-se uma redução mais pronunciada do consumo privado, tendo ocorrido também alterações nos resultados para o comércio internacional de bens, refletindo a utilização dos dados definitivos para 2020.

De acordo com a nova informação, a variação homóloga do PIB no 2º trimestre de 2020 fixou-se em -17,9%, que compara com -2,6% no trimestre anterior, verificando-se uma taxa de variação em cadeia de -15,2% (-4,4% no 1º trimestre). No 1º trimestre de 2021, também se verificou uma revisão em baixa, mas de menor magnitude que nos trimestres anteriores. Refletindo, em parte, o efeito de base, a taxa de variação do PIB em termos homólogos foi revista em alta (+0,7 p.p.) no 2º trimestre de 2021, para +16,2%, observando-se um aumento mais pronunciado do consumo privado em termos homólogos. Por sua vez, a taxa de variação em cadeia do PIB foi revista em baixa (-0,4 p.p.) no 2º trimestre de 2021, para 4,5%.

Figura 13. Revisões das taxas de variação do PIB trimestral em volume

	4ºT 18	1ºT 19	2ºT 19	3ºT 19	4ºT 19	1ºT 20	2ºT 20	3ºT 20	4ºT 20	1ºT 21	2ºT 21
	Taxa de variação homóloga (%)										
CNT 2ºT 2021 (85 dias)	2,7	2,8	2,6	2,5	2,8	-2,6	-17,9	-6,3	-6,8	-5,7	16,2
CNT 2ºT 2021 (60 dias)	2,5	2,6	2,4	2,3	2,6	-2,2	-16,4	-5,6	-6,1	-5,3	15,5

	4ºT 18	1ºT 19	2ºT 19	3ºT 19	4ºT 19	1ºT 20	2ºT 20	3ºT 20	4ºT 20	1ºT 21	2ºT 21
	Taxa de variação em cadeia (%)										
CNT 2ºT 2021 (85 dias)	0,6	0,9	0,6	0,5	0,8	-4,4	-15,2	14,7	0,3	-3,3	4,5
CNT 2ºT 2021 (60 dias)	0,4	0,8	0,6	0,5	0,7	-4,0	-14,0	13,4	0,2	-3,2	4,9



Figura 24. Revisões das taxas de variação homóloga do PIB trimestral (volume)

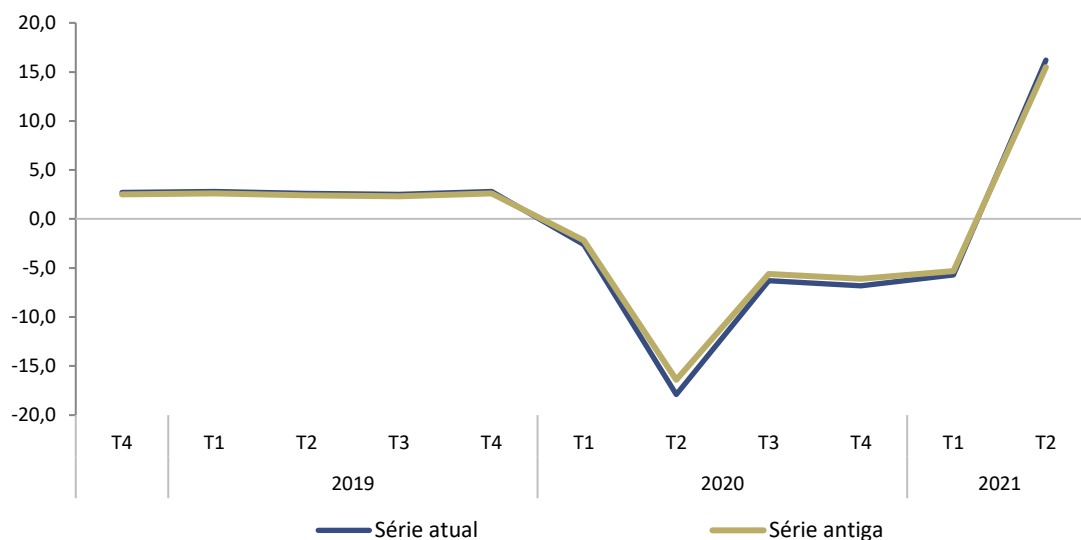
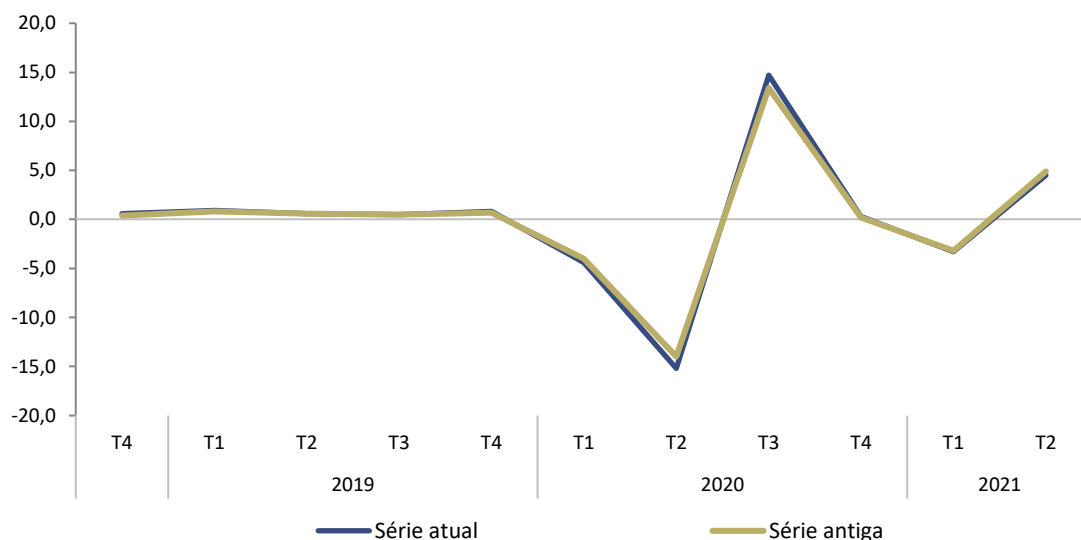


Figura 35. Revisões das taxas de variação em cadeia do PIB trimestral (volume)





NOTA METODOLÓGICA

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 2º trimestre de 2021, período em que se verificou um progressivo desconfinamento do país.

Para uma melhor leitura dos resultados deve-se ter presente que, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por estes serem ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora apresentados incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

São de destacar a incorporação dos resultados finais de 2019 e provisórios para 2020 das Contas Nacionais, objeto de uma publicação autónoma divulgada em simultâneo com o presente destaque.

Deve referir-se ainda a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como a informação mais recente das estatísticas do comércio internacional de bens e de dados atualizados sobre o setor das AP. Em consequência da informação adicional apropriada após a publicação de 31 de agosto, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional disponibilizados no Portal do INE. Face às estimativas anteriores, os novos resultados determinaram uma revisão em baixa de 1,3 p.p. e de 0,8 p.p. das taxas de variação anual do PIB em 2020 em termos nominais e em volume, respetivamente, com taxas de -6,7% e 8,4% (pela mesma ordem).



Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição, por entidades das AP, de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento: A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final: O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP): Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.



Formação Bruta de Capital (ou Investimento): A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível: Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB): O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade: Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança: A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB): O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional: O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes: Sociedades Não Financeiras (S.11); Sociedades Financeiras (S.12); Administrações Públicas (S.13); Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF)(S.1M); Resto do Mundo (S.2).

Taxa de investimento: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias: A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

informação à comunicação social



Data do próximo destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 23 de dezembro de 2021

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL – 2º TRIMESTRE DE 2021